TERESSADO CAU/SC
Faltas não justificadas de conselheiros às reuniões do CAU/S

O CONSELHO DIRETOR - CD-CAU/SC, reunido na Sede do CAU/SC, situada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 260, 6º andar, Centro, Florianópolis/SC, no dia 03 de setembro de dois mil e dezenove, **no uso das competências** que lhe conferem no artigo 153 do Regimento Interno do CAU/SC, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando o artigo 36, da Lei nº 12.378/2010, que definiu o tempo de mandato dos conselheiros e as causas de perda de mandado, especificamente o disposto no § 2º, III, que estabelece que perderá o mandato o conselheiro que (...) "ausentar-se, sem justificativa, a 3 (três) reuniões do Conselho, no período de 1 (um) ano";

Considerando o disposto no artigo 22 do Regimento Interno do CAU/SC, o qual dispõe que "O conselheiro que, no período correspondente ao ano civil, faltar sem justificativa a 3 (três) reuniões ou mais, para as quais tenha sido regularmente convocado, perderá o mandato, mediante processo administrativo", bem como, seu parágrafo único, que complementa que "A justificativa deverá ser encaminhada ao presidente da sua respectiva autarquia, ou a pessoa por ele designada, e apresentada em até 3 (três) dias úteis após a reunião, devendo constar em ata ou em súmula da reunião subsequente;

Considerando que a convocação automática do conselheiro suplente ou substituto, no caso da não manifestação do titular, não exime o Conselheiro Titular da responsabilidade de justificar sua ausência, nos termos do parágrafo único do artigo 22 do Regimento Interno do CAU/SC;

Considerando os incisos I, IV, X e XIX do artigo 25 do Regimento Interno do CAU/SC que estabelece como competência do conselheiro: "I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, o Regimento Geral do CAU, as resoluções, as deliberações plenárias e os demais atos normativos baixados pelo CAU/BR, e os atos baixados pelo respectivo CAU/UF; (...) IV - conhecer e se comprometer com suas responsabilidades legais e morais do cargo, em sua conduta, no cumprimento do mandato; X - comparecer e participar de reuniões, no período previsto na convocação; XIX - manifestar-se, por escrito, ao presidente, ou à pessoa por ele designada, sobre sua participação em reunião, missão ou evento de interesse do CAU/SC em até 02 (dois) dias úteis da realização da convocação";

Considerando o levantamento do controle de convocações, presenças, faltas justificadas e faltas não justificadas dos conselheiros às reuniões ordinárias e extraordinárias das Plenárias, Conselho Diretor e Comissões realizadas em 2019, apresentada na pauta da Reunião do Conselho Diretor em 30 de julho de 2019;

Considerando a Deliberação Plenária do CAU/BR nº 92-8/2019, de 25 e 26/07/2019, que regulamentou quais justificativas de faltas de conselheiro titular ou de suplente de conselheiro dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo às reuniões, para as quais tenha sido regularmente convocado e confirmado a presença, seriam aceitas, bem como os casos de licença do exercício do mandato;







Considerando que a DPO em comento, reafirma no §1º do artigo 1º que "Para o conselheiro que, no prazo regimental, não se manifestar sobre sua participação em reunião para a qual foi regularmente convocado, será atribuída falta não justificada";.

Considerando o Guia do Conselheiro do CAU, que de forma objetiva e direta esclarece o papel do Conselheiro do CAU, ratificando suas responsabilidades, postura e forma de atuação no conjunto autárquico, os quais citamos: "(...) Os princípios que norteiam, dignificam e potencializam o exercício do mandato de conselheiro são os mesmos da Administração Pública (art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." (pág. 8); "(...) Já o inciso III do parágrafo em comentário, por sua objetividade, quantifica o limite aceitável de inconsequência para quem assumir a responsabilidade de um mandato de conselheiro do CAU" (pag. 9); "Para o exercício do mandato, o conselheiro precisa manter-se informado sobre os atos e fatos referentes ao CAU e à legislação referente à profissão. O pleno exercício do mandato de conselheiro envolve condições indispensáveis, tais como conhecimento, dedicação, comprometimento, disponibilidade e participação. O conhecimento, a dedicação, o comprometimento, a disponibilidade e a participação são considerados atributos de empenho pessoal para o cumprimento das demandas do CAU, em reuniões plenárias, de comissões, de colegiados e eventos. A participação é representada pelos atributos de assiduidade e pontualidade. Cumpre ressaltar que, a presença em reuniões é tão importante que há dispositivo legal e regimental prevendo a perda de mandato por faltas injustificadas. Regimentalmente, também, é obrigação de conselheiro comparecer e participar de reuniões. sempre quando convocado, no período previsto na própria convocação. Compete ao conselheiro titular, obrigatoriamente, participar de 1 (uma) comissão ordinária e, opcionalmente, de 1 (uma) comissão especial" (pág. 13); "É facultada ao conselheiro a ausência (falta) nas reuniões, desde que justificada. No caso de ausência, o conselheiro convocado que faltar, durante 1 (um) ano, sem justificativa a 3 (três) reuniões, perderá o mandato, passando esse a ser exercido por seu suplente de conselheiro, em caráter permanente. O conselheiro deverá encaminhar justificativa ao presidente de sua respectiva autarquia, ou a pessoa por ele designada, no prazo de até 3 (três) dias após o término da reunião para a qual foi convocado" (pág. 14);

Considerando a necessidade de regularizar a situação das ausências, particularmente, as anteriores ao período da vigência da DPO CAU/BR nº 92-8/2019, assegurando o direito ao contraditório, e que por cautela, o Conselho Diretor solicitou o envio por e-mail, aos Conselheiros que extrapolaram o número de faltas sem justificativas, a fim de que pudessem se manifestar previamente, facultando inclusive juntar documentos comprovatórios;

Considerando que a DPO CAU/BR nº 92-8/2019, estabeleceu o Conselho Diretor como instância colegiada para analisar as justificativas nos casos não previstos nos incisos I a V do Art. 1º;

Considerando a manifestação dos conselheiros que retornaram com argumentos e documentos;

DELIBERA POR:

- 1 Conhecer das justificativas e documentos apresentados pelos Conselheiros (as), para validar as justificativas de faltas às seguintes reuniões:
- 1.1. Conselheira Gabriela Moraes Pereira: 88ª Reunião Plenária Ordinária; 2ª Reunião Ordinária da CEF; 1ª Reunião Extraordinária da CEF.
- 1.2. Conselheira Patricia Figueiredo Sarquis Herden: 92ª Reunião Plenária Ordinária; 1ª Reunião Extraordinária da CEP; 5ª Reunião Ordinária da CEP.







- 1.3. Conselheiro Rodrigo Althoff Medeiros: 90ª Reunião Plenária Ordinária; 91ª Reunião Plenária Ordinária; 2ª Reunião Extraordinária da CEF; 6ª Reunião Ordinária da CEF; 7ª Reunião Ordinária da CEF.
- 2 Enviar e-mail aos conselheiros Luiz Fernando Motta Zanoni e Rodrigo Kirck Rebêlo solicitando informações adicionais para apresentação até 30 de setembro de 2019.
- 3 Enviar e-mail aos conselheiros (a) Carolina Pereira Hagemann, Leonardo Porto Bragaglia e Mateus Szomorovszky, reiterando a oportunidade de manifestação e apresentação de documentos até 30 de setembro de 2019.
- 4 Realizar um informe sobre estes procedimentos e as novas regras da regulamentação sobre as faltas, justificativas e licenças de conselheiros na próxima reunião Plenária do CAU/SC.
- 5 Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SC para providências cabíveis.

Com 04 (quatro) votos favoráveis dos conselheiros Everson Martins, Gabriela Morais Pereira, Rosana Silveira e Silvya Helena Caprario.

Florianópolis, 03 de setembro de 2019.

DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO

Presidente

EVERSON MARTINS

Vice-Presidente e Coordenador Adjunto da CEP

GABRIELA MORAIS PEREIRA

Coordenadora da CEF

ROSANA SILVEIRA

Coordenadora da CED

SILVYA HELENA CAPRARIO

Coordenadora Adjunta da COAF